



# DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO-PR

Código 104420241103

SEXTA, 06 DE DEZEMBRO DE 2024

ANO V

EDIÇÃO N° 1044

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITO MUNICIPAL DE ÂNGULO  
ROGÉRIO APARECIDO BERNARDO

DIAGRAMAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Ana Paula de Lima.

Os originais das matérias editadas neste diário oficial eletrônico poderão ser encontrados em suas respectivas pastas.

## SUMÁRIO

► Prefeitura Municipal .....	2
RESOLUÇÃO Nº 02/2024 .....	2
► DIVISÃO DE LICITAÇÕES .....	4
Decreto nº 243/2024 .....	4
► SECRETARIA DE EDUCAÇÃO .....	5
EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 03/2024 .....	5

Gerado via Sistema de Diário Oficial Eletrônico ® v.2.3.1

- ✓ **Diário Oficial Assinado Eletronicamente.**
- ✓ Em acordo com Validador I.T.I. versão 2.11rc5.
- ✓ Imprensa oficial instituída por **Lei Municipal nº 1180, de 01/10/2019**

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Diário Oficial na internet, no endereço <https://diario.angulo.pr.gov.br/diariooficial> por meio do código de verificação ou QR Code.



CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO

**104420241103**

**RESOLUÇÃO Nº 02/2024, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2024**

Ementa: Regulamenta o processo de designação e exercício do mandato dos(as) gestores(as) de Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Municipal de Ensino de Ângulo de acordo com critérios técnicos de mérito e de desempenho.

O Prefeito do Município de Ângulo, Estado do Paraná, Rogério Aparecido Bernardo, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 1.574/2024.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** A presente Resolução regulamenta o processo de designação e exercício do mandato dos(as) gestores(as) de Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Municipal de Ensino de Ângulo de acordo com critérios técnicos de mérito e de desempenho na Rede Municipal de Ensino de Ângulo, Estado do Paraná.

**Art. 2º.** Para efeitos desta Resolução, entende-se por:

I - Profissionais do Magistério: conjunto de profissionais da Educação Básica (professor, professor de educação física, professor de educação especial e educador infantil), titulares de cargos, que exercem a docência e as funções de suporte pedagógico direto à docência, no âmbito do ensino público municipal em estabelecimentos de ensino ou em órgãos centrais ou intermediários da rede municipal de ensino.

II - Secretaria Municipal de Educação: parte central da administração pública do município responsável pela gestão da Rede Municipal de Ensino;

III - Rede Municipal de Ensino: o conjunto dos Estabelecimentos de Ensino e Instituições mantidas pelo Poder Público Municipal, que realizam atividades sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

IV - Estabelecimento de Ensino: Unidade Escolar mantido pelo Poder Público Municipal, em que se desenvolvem atividades ligadas à Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

**Art. 3º.** A função de Diretor (a) Escolar abrange as responsabilidades de gerir tanto os processos formativos dos alunos, quanto os recursos administrativos, humanos, financeiros e patrimoniais colocados à disposição das mesmas, detalhados nas seguintes atribuições:

I - Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor;

II - Responsabilizar-se pelo patrimônio público escolar recebido no ato da posse;

III - Coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Estabelecimento de Ensino, construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar;

IV - Coordenar e incentivar a qualificação permanente dos profissionais da educação do Estabelecimento de Ensino sob sua direção;

V - Coordenar a elaboração do Plano de Ação do

Estabelecimento de Ensino e submetê-lo à aprovação do Conselho Escolar;

VI - Convocar e presidir as reuniões do Conselho Escolar, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;

VII - Elaborar os planos de aplicação financeira sob sua responsabilidade, consultando o Conselho Escolar e colocando-os em edital público;

VIII - Prestar contas dos recursos recebidos, submetendo-os à aprovação do Conselho Escolar;

IX - Coordenar a construção coletiva do Regimento Escolar, em consonância com a legislação em vigor, submetendo-o à apreciação do Conselho Escolar e, após encaminhá-lo à Secretaria Municipal de Educação e ao Núcleo Regional de Educação para a devida aprovação;

X - Garantir o fluxo de informações do Estabelecimento de Ensino, e desta, com os órgãos da administração estadual e municipal;

XI - Cumprir o calendário escolar, definido pela Secretaria Municipal de Educação e homologado pelo Núcleo Regional de Educação;

XII - Acompanhar, junto à equipe pedagógica, o trabalho docente, nos diferentes horários de trabalho, o cumprimento das reposições de dias letivos, carga horária e de conteúdo aos discentes;

XIII - Assegurar o cumprimento dos dias letivos, horas-aula e horas-atividade estabelecidos;

XIV - Supervisionar o estoque e o preparo da merenda escolar, quanto ao cumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente relativamente às exigências sanitárias e aos padrões de qualidade nutricional, sob orientação da Secretaria de Educação;

XV - Definir horário e escalas de trabalho da equipe técnico-administrativa, da equipe pedagógica e da equipe auxiliar operacional, em consonância com as normativas existentes na Secretaria Municipal de Educação;

XVI - Articular processos de integração da escola com a comunidade, em consonância com as normativas existentes na Secretaria Municipal de Educação;

XVII - Zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, dos profissionais do magistério, funcionários e famílias;

XVIII - Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus pares e com toda a comunidade escolar;

XIX - Cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar;

XX - Fornecer informações aos pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento do aluno;

XXI - Providenciar a comunicação imediata ao Conselho Tutelar, nos casos de identificação de violência doméstica ou de suspeita de violência sexual;

XXII - Acompanhar e orientar as atribuições da equipe pedagógica (supervisão e orientação), indicadas pela Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com o Diretor (a) Escolar;

XXIII - Controlar o estoque de materiais (limpeza, alimentação e expediente), preferencialmente de forma quinzenal, mantendo os controles arquivados e atualizados;

XXIV - Exercer as funções de fiscal de contrato, quando

solicitado, especialmente no que se refere ao recebimento de produtos, bens e/ou serviços de sua unidade.

**Art. 4º.** Somente poderá ser designado para a função de Diretor (a) Escolar de Estabelecimento de Ensino da Rede Municipal de Ângulo, o profissional do magistério que esteja habilitado conforme critérios técnicos de mérito e desempenho.

§1º Critérios técnicos de mérito e de desempenho, para efeitos desta Resolução, são as condicionantes necessárias para que o Profissional do Magistério esteja habilitado para ocupar a função de Direção Escolar.

§2º Considerar-se-á habilitado à designação versada no caput do Art. 5º desta Resolução, no que concerne aos critérios técnicos de mérito e desempenho, o Profissional do Magistério que:

I - Possuir diploma de graduação em Licenciatura Plena de Pedagogia ou em outra Licenciatura da área da Educação, com certificado em conformidade com as normativas do Ministério da Educação (MEC).

II - Possuir diploma em nível de Pós-Graduação, lato sensu, na área de Gestão Escolar, com certificado em conformidade com as normativas do Ministério da Educação (MEC).

III - Integrar o Quadro do Magistério Público Municipal, e ter no mínimo três (3) anos de efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino de Ângulo, tendo como referência o ano da designação.

IV - Tenha idoneidade no gerenciamento dos recursos públicos, quando for o caso.

V - Tenha Plano de Gestão, Anexo I da presente Resolução, devidamente aprovado mediante parecer exarado por uma comissão composta para esse fim.

VI - Tenha obtido avaliação de desempenho suficiente para obter promoção na carreira, no interstício imediatamente anterior à designação, prevista no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

VII - Não possua penalidades administrativas enquanto servidor público municipal, comprovado com declaração emitida pelo titular da Secretaria Municipal de Administração.

§3º O chefe do Poder Executivo nomeará, através de um decreto, um profissional do magistério de sua escolha, que esteja em conformidade com o descrito no caput do Art. 4º da presente Resolução.

§4º A comprovação da condicionante versada no inciso I, do §2º, do presente artigo desta Resolução, será mediante apresentação do diploma de graduação em Licenciatura Plena de Pedagogia ou em outra Licenciatura da área da Educação, com certificado em conformidade com as normativas do Ministério da Educação (MEC).

§5º A comprovação da condicionante citada no inciso II, do §2º, do presente artigo desta Resolução, será mediante apresentação do diploma em nível de Pós-Graduação, lato sensu, na área de Gestão Escolar, com certificado em conformidade com as normativas do Ministério da Educação (MEC).

§6º A comprovação da condicionante supracitada no inciso III, do §2º, do presente artigo desta Resolução, será por meio de Declaração solicitada pelo Profissional do

Magistério, e emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

§7º A comprovação da condicionante versada no inciso IV, do §2º, do presente artigo desta Resolução, será por meio de Declaração solicitada pelo Profissional do Magistério, e emitida pela Secretaria Municipal de Finanças.

§8º A comprovação da condicionante citada no inciso V, do §2º, do presente artigo desta Resolução, será comprovado, mediante parecer exarado pela comissão composta de acordo com o §4º do presente artigo desta Resolução, anexado pela Secretaria Municipal de Educação.

§9º A comprovação da condicionante supracitada no inciso VI, do §2º, do presente artigo desta Resolução, será por meio de Declaração solicitada pelo Profissional do Magistério, e emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

§10 A comprovação da condicionante versada no inciso VII, do §2º, do presente artigo desta Resolução, será por meio de Declaração solicitada pelo Profissional do Magistério, e emitida pela Secretaria Municipal de Administração.

§11 A comissão mencionada no inciso V do §2º do Art. 4º desta Resolução, será composta por dois (2) integrantes indicados pelo Executivo Municipal e um (1) integrante indicado pelo Conselho Escolar do respectivo Estabelecimento de Ensino, os quais serão nomeados por uma Portaria editada pelo titular da Secretaria de Educação Municipal.

§12 O Plano de Gestão supracitado no inciso V do §2º do Art. 4º desta Resolução, deverá conter os dados pessoais do Profissional do Magistério a ser designado, as metas, os objetivos e os procedimentos que adotará para a elevação dos índices existentes, e seja compatível com o Projeto Político Pedagógico do respectivo Estabelecimento de Ensino e com as Políticas Educacionais editadas pela Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 5º.** O Profissional do Magistério, designado para a função de Diretor (a) Escolar do Estabelecimento de Ensino, exercerá o mandato por um período de 04 (quatro) anos, sendo admitido reconduções.

§1º O quadriênio do mandato descrito no caput deste artigo deverá coincidir com o período de mandato do Executivo Municipal.

§2º O quadriênio do mandato descrito no caput deste artigo iniciar-se-á na primeira quinzena de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro, nos termos supracitados no § 1º deste artigo.

§3º O período, primeira quinzena de janeiro, em que o (a) Diretor (a) Escolar não esteja designado(a), o (a) Secretário(a) Escolar, devidamente credenciado(a), responderá pelas questões legais do Estabelecimento de Ensino.

**Art. 6º.** O (a) Diretor (a) Escolar de cada Estabelecimento de Ensino será avaliado no mês de dezembro do segundo ano de mandato, considerando a sua atuação partir das seguintes condicionantes:

I - Gestão Pedagógica.

II - Gestão Administrativa e Financeira.

III - Relação com a Comunidade Escolar.

§1º Com relação a Gestão Pedagógica, será avaliado a condução do trabalho pedagógico no estabelecimento de ensino e a sua compatibilidade com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.

§2º Com relação a Gestão Administrativa e Financeira, será avaliado a atuação do (a) Diretor (a) Escolar em relação ao cumprimento das normas legais que regem a administração pública, e ainda as normas específicas de aplicação de recursos financeiros recebidos pelo estabelecimento de ensino.

§3º A relação com a comunidade será avaliada pela participação da comunidade escolar, por meio das instâncias colegiadas, nas decisões que legalmente lhes compete, e ainda pela atuação nas soluções de demandas da comunidade que sejam da atribuição do (a) Diretor (a) Escolar.

§4º Para a efetivação da avaliação supracitada no caput deste artigo, será nomeada pela Executivo Municipal, por meio de uma Portaria uma comissão, para cada estabelecimento de ensino, composta por:

- a) um representante dos responsáveis por aluno;
- b) um representante dos professores ou educadores infantis;
- c) um representante dos servidores administrativos;
- d) um representante dos servidores gerais;
- e) um representante da Secretaria Municipal de Educação.

§ 5º Na segunda quinzena de novembro de cada ano letivo, a Secretaria Municipal de Educação solicitará da Comissão referida no §4º deste artigo, um parecer acerca do desempenho do (a) Diretor(a) Escolar, em relação às condicionantes dos incisos I, II e III, deste artigo.

§ 6º O parecer emitido pela Comissão tratada no §4º deste artigo, de cada Estabelecimento de Ensino acerca do desempenho do (a) Diretor (a) Escolar em relação às condicionantes dos incisos I, II e III, deste artigo, deverá ser encaminhado à Secretária Municipal de Educação.

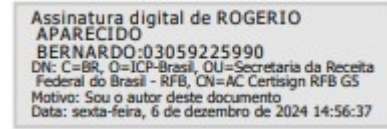
§ 7º Caso o parecer emitido pela Comissão versada no §4º deste artigo, de cada Estabelecimento de Ensino acerca do desempenho do (a) Diretor (a) Escolar em relação às condicionantes dos incisos I, II e III, for classificado como insuficiente, o Chefe do Poder Executivo poderá substituí-lo por outro Profissional do Magistério que cumpra os requisitos previstos no Art. 4º desta Resolução.

**Art. 7º.** A Secretaria Municipal de Educação publicará edital convocando interessados em submeter-se a escolha do Executivo Municipal para o exercício da Função de Direção Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Municipal de Ângulo, no qual constará o prazo para a inscrição com o protocolo dos documentos comprobatórios das condicionantes versadas no Art. 4º desta Resolução.

Parágrafo único: A inscrição aludida no caput deste artigo, dever-se-á ser realizada na Sede da Secretaria Municipal de Educação, em horário de funcionamento definido oficialmente pelo Executivo Municipal para as Secretarias Municipais e demais órgãos públicos municipais, nas datas definidas no edital publicado pela referida Secretaria Municipal.

**Art. 8º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ângulo, 05 de dezembro de 2024



**Rogério Aparecido Bernardo**  
Prefeito Municipal

**ANEXO I - PLANO DE GESTÃO**

Nome do Gestor(a):

Estabelecimento de Ensino:

Dimensão	Objetivo	Meta	Prazo
Pedagógica			
Relação com a Comunidade			
Recursos Humanos			
Apoio ao Ensino			
Estrutura Física			
Equipamentos e mobiliários			

**DIVISÃO DE LICITAÇÕES**

**Decreto nº 243/2024 de 06/12/2024**

**Ementa:** Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ANGULO, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1479/2023 de 24/10/2023.

**Decreta:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10	SECRETARIA DE CULTURA		
10.002	DIVISÃO DE CULTURA		
10.002.13.392.0002.2.003	DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DO MUNICÍPIO		
301 - 3.3.90.39.00.00	31835 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00	
	Total Suplementação:		50.000,00

**Art 2º** - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita

Receita: 1.7.2.9.99.0.1.06 Outras Transferências de Recursos dos Estados - Atividades Turísticas - Festividades Natalinas (Sit 50.000,00

Total da Receita: 50.000,00

**Art 3º** - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ANGULO, Estado do PR, em 6 de Dezembro de 2024.

Assinatura digital de ROGERIO APARECIDO BERNARDO:03059225990  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC Certsign RFB G5  
Motivo: Sou o autor deste documento  
Data: sexta-feira, 6 de dezembro de 2024 14:54:28

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA  
EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 03/2024  
PUBLICAÇÃO DA ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO DE  
HABILITAÇÃO**

A Secretaria de Cultura do município de Ângulo, através da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura, realizou análise da documentação de habilitação apresentada pela empresa R S PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, habilitada na etapa anterior do processo, e encontra-se em conformidade com o Edital nº 03/2024.

A Secretária Municipal de Cultura Iocéia Laurenó Dias reitera seu compromisso com a transparência e o cumprimento rigoroso das normas do Edital, conforme descrito no item 2.4 do Edital de Chamamento.

Ângulo, 06 de dezembro de 2024.

Assinatura digital de IOCEIA LAUREANO:69179611915  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI v5,  
CN=AC SOLUTI Multipla v5  
Motivo: Aprovei este documento  
Data: sexta-feira, 6 de dezembro de 2024 12:28:56

**IOCEIA LAUREANO DIAS**  
Secretária de Cultura